



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA MINEIRA DO RIO URUCUIA

### 2 ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 03 DE OUTUBRO DE 2018 – UNAÍ/MG

3 Aos três de outubro de 2018, às 09h30min, na sede do CBH Urucua em Unaí/MG, reuniram-se os  
4 membros do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Urucua para a 65ª Reunião  
5 Ordinária. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **NILSON ALEXANDRE**  
6 **GARCIA** (IEF), **ANTONIO MARCOS DE FREITAS MONTEIRO** (IMA), **ÁLVARO DE MOURA**  
7 **GOULART** (EMATER) **LARA FERREIRA DA CUNHA FONSECA** (IGAM), **IVONETE ANTUNES**  
8 **FERREIRA** (AMNOR), **CÁTIA REGINA DE FREITAS ROCHA** (PREFEITURA MUNICIPAL DE  
9 UNAÍ - PMU), **LUCIVANE PEREIRA PIRES** (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS - PMA),  
10 **WELINGTON CARLOS DE CASTRO** (PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS -  
11 PMUM), **RONALDO SILVA XAVIER** (COPASA), **MARCELO PERONDI** (ASSOCIAÇÃO DOS  
12 PRODUTORES RURAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PONTE GRANDE E  
13 PIRATINGA - ABHP), **JOSÉ AMÉRICO CARNIEL** (SINDICADTO DOS PRODUTORES RURAIS  
14 DE UNAÍ - SPRU), **ALTEGNO BATISTA DORNELLAS** (CAPUL), **TEREZINHA LOPES**  
15 **SANTANA** (AAMA), **FRANCISCO PINTO DA SILVA** (ARPA), **RILDO ESTEVES DE SOUZA**  
16 (CREA-MG), **JULIO CÉSAR AYALA BARRETO** (CEPASA), **LEONARDO LINZMAYER NOIVO**  
17 (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E IRRIGANTES DO NOROESTE DE MINAS),  
18 **PAULO FRANK DE MAGALHÃES** (COAGRIL), **REGINALDO PROQUE** (IFNMG/ARINOS),  
19 **GUILHERME PEREIRA CRUZ** (CÁRITAS DIOCESANA DE PARACATU), **CIRO LEONARDO**  
20 **RABELO COELHO** (ASSOCIAÇÃO DOS CONSULTORES AMBIENTAIS DO NOROESTE DE  
21 MINAS – ASCON) e **ERNANE FARIA** (FUNATURA). Estiveram presentes também os seguintes  
22 convidados que prestigiaram a sessão: Levi Abreu Ouvidor, Manuel Delci Batista, Ronaldo  
23 Verdadeiro e Raquel Vieira Novais.

#### 24 Assuntos em Pauta:

25 **1) EXECUÇÃO DOS HINOS.** Foi executado o Hino Nacional como de praxe, e como novidade o  
26 Hino Municipal de Unaí, como a cidade sede da Reunião Ordinária.

27 **2) ABERTURA.** Procedeu a composição da mesa: Presidente do CBH Urucua, Sr. Francisco  
28 Pinto da Silva, o Vice-Presidente, Sr. José Américo Carniel, o primeiro-secretário, Sr. Altegno  
29 Dornellas e a secretária-adjunta, Sra. Ivonete Antunes. Com a palavra o Presidente ainda  
30 convidou o Excelentíssimo Prefeito de Uruana de Minas, Ronaldo Verdadeiro, que compareceu à



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

31 Reunião Ordinária. Ainda saudou à Diretoria Força Atuante no Noroeste de Minas, e parabenizou  
32 pela primeira Reunião sobre a nova diretoria. Leu todos os pontos de Pauta. Passou-se à análise  
33 da ata da 64ª Reunião Ordinária, que após algumas correções de texto, foi aprovada por  
34 unanimidade. O Presidente ainda agradeceu a todos os conselheiros que se fizeram presentes  
35 mesmo com a mudança da data da Reunião. Foram lidas as alterações dos conselheiros. Foi  
36 dada a palavra ao Ilustre Presidente do Prefeito de Uruana de Minas, Ronaldo Verdadeiro, que  
37 cumprimentou a todos agradeceu os trabalhos do CBH Urucua. A conselheira Ivonete Antunes  
38 cumprimentou a todos e informou sobre a participação do Prefeito Ronaldo Verdadeiro ao premio  
39 Prefeito Empreendedor voltado para o turismo. O conselheiro Júlio Cesar adiantou brevemente o  
40 item 6 da pauta, trazendo a baila breve explicação sobre a CCR do Alto, informando que o projeto  
41 de Uruana de Minas foi pré-selecionado em 1 lugar, ocorre que quando o projeto foi para a  
42 DIREC, a coordenadora, Silvia Freedman, escolheu o projeto de sua cidade, Três Marias,  
43 prejudicando a escolha puramente técnica de Uruana de Minas, assim a diretoria do CBH Urucua  
44 fez uma moção de repúdio ao acontecimento que foi enviada ao Presidente da CCR Alto, que  
45 reviu a situação, retornando Uruana de Minas para o posto de prioridade absoluta, sendo  
46 contemplada ainda em 2018. O conselheiro do Antônio Marcos informou que há um foco de peste  
47 suína africana, informou os prejuízos que a doença pode trazer à suínocultura, e suas formas de  
48 transmissão, que se dá principalmente por aterros e lixões, assim o IMA irá notificar as prefeituras  
49 para fiscalizar esses locais para evitar que se torne uma epidemia. A conselheira Ivonete Antunes  
50 informou que a AMNOR retomou a atualização dos planos de gestão de resíduos sólidos e de  
51 saneamento dos municípios e iniciando os trabalhos naqueles que não o tem. Cumprimentou a  
52 conselheira Cátia, que encabeça o projeto no município de Unaí, informou ainda que haverá uma  
53 reunião voltada ao tema e convidou o conselheiro Antônio Marcos a ir e expor a situação. Ao fim  
54 pediu para que cada conselheiro fosse fiscalizador dos lixões e aterros nos seus respectivos  
55 municípios. A conselheira Cátia Freitas informou que os pequenos produtores de gado tem  
56 dificuldade de fazer o descarte correto de ampolas de vacinas, em especial a aftosa, o conselheiro  
57 Antônio Marcos informou que brevemente a aftosa irá sair da lista de vacinação obrigatória, a  
58 conselheira Cátia Freitas continuou informando que a APA irá iniciar um projeto de ecoponto,  
59 onde a APA ira recolher todos os tipos de descartes não aceitos pela AREPU. Contudo informou  
60 das dificuldades de armazenagem, quebra e transporte do vidro. Houve breves discussões acerca  
61 do tema. O conselheiro Júlio Ayala pediu para que a conselheira Ivonete Antunes se esforce em  
62 defender a bandeira da produção, uso e manejo de águas, da mesma forma que defende a gestão  
63 de resíduos sólidos dentro e com a força institucional da AMNOR, ainda criticou o Brasil por ver a  
64 agua somente como saneamento básico e demanda de agua potável, ato contínuo o conselheiro



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

65 criticou a demora da PMU em responder o ofício de áreas de risco do município encaminhado  
66 pelo IGAM a quase 3 anos, relatando ainda os problemas causados por essa demora, como  
67 habitações em áreas de riscos e as elevatórias do SAAE instaladas no leito do Rio Preto, pedindo  
68 resultados práticos. A conselheira Ivonete Antunes respondeu dizendo que a AMNOR faz sua  
69 parte, ou seja, a elaboração dos planos de gestão de resíduo sólido e o plano de saneamento,  
70 que trata de 4 eixos: abastecimento de água potável, drenagem pluvial e coleta e tratamento de  
71 esgoto e manejo de resíduos sólidos, todos de forma urbana e rural. O conselheiro Júlio Ayala  
72 replicou, informando que acredita ser necessário que a demanda seja levada, pela AMNOR, aos  
73 municípios para a criação dos planos de uso, manejo e conservação da água. A conselheira  
74 informou que os planos são extremamente caros para os municípios e que não são realmente  
75 planos, mas sim cópias de outros planos, dessa forma a AMNOR tenta diminuir custos, angariar  
76 fundos e fazer os planos voltados para cada região. O presidente pediu o encerramento do  
77 assunto em vista do alongamento da discussão e da extensão da pauta. A conselheira Lucivane  
78 Pires somente reforçou a participação da AMNOR e complementou que a criação do plano não é  
79 o problema, mas sim a execução dos mesmos. O convidado Levi Abreu trouxe a discussão à  
80 Reunião a necessidade de proibir a pesca, ou que seja feita ao menos de mais 3 peixes (Surubim,  
81 Mandí e a Curimata), disse que rio sem peixes os rios não tem vida, e que em 10 anos, caso não  
82 sejam proibidas as pescas, os rios morrerão. A conselheira Ivonete Antunes informou que houve  
83 um incremento no aumento de pescadores nos rios mineiros, devido ao fechamento da pesca nos  
84 rios do estado de Goiás, mas que já há movimentação neste sentido, sendo que há uma Lei em  
85 votação, a conselheira Cátia complementou, informando os problemas encontrados na aprovação  
86 da referida Lei. O conselheiro Álvaro de Moura parabenizou a ao Sr. Levi pelo pleito e explicou  
87 que a questão dos peixes e da produção de águas, sendo necessária a mobilização de todos na  
88 região e se organizar a fim de formar alianças para fomentar a soltura de alevinos e levantar as  
89 questões políticas para a suspensão da pesca por no mínimo 5 anos. A conselheira Lara Ferreira  
90 diz ser importante encaminhar a questão ao órgão responsável, IEF, para consultas e  
91 requerimentos. A conselheira Ivonete Antunes disse que poderia se fazer uma Reunião Conjunta  
92 de Diretorias de vários CBHs interessados, nas questões de produção de águas e peixes. O  
93 Presidente, no mesmo sentido já conversou com o Presidente do CBH Paracatu, contudo não  
94 houve tempo hábil para dar maior andamento nas questões. O conselheiro Paulo Frank afirmou  
95 que os Rotarys podem endossar o movimento e além disso dispõe de recursos para fomentar o  
96 projeto. O presidente disse que trazer as colônias de pescadores para o debate é importante. O  
97 Sr. Levi disse que existem muitas fraudes para recebimento de verbas da época do defeso das  
98 pescas. O Vice Presidente agradeceu pelo tempo que está no CBH Urucua, afirmou ao



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

99 conselheiro Júlio que a questão das áreas de risco estão sendo analisadas pelo atual Prefeito de  
100 Unaí, ainda que o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Unaí, Dr. Altyr, para se fazer  
101 um levantamento e dar muita atenção ao Rio Areia, que pertence à bacia do Paracatu, mas que  
102 contudo também passa por essa cidade, e ainda quanto a questão da pesca, afirmou que há  
103 várias reuniões levanta essa temática, chamando as colônias e trazendo novas ideias para os  
104 pescadores. O convidado Manuel Delci comentou sobre o peso político da Federação de  
105 Pescadores de Minas Gerais, alertando que se não forem convidados à essa discussão, não  
106 haverá nenhum desfecho. A conselheira Ivonete Antunes afirmou que a Federação já foi  
107 convidada e que é a mesma é contra o fechamento da pesca, pois segundo a Federação, os  
108 pescadores pescam corretamente, o grande problema são os pescadores esportivos. A  
109 conselheira Cátia Regina e o Presidente Francisco Pinto falaram no mesmo sentido.  
110 Posteriormente, a conselheira Ivonete Antunes relembrou sobre como foi aprovada a questão do  
111 apoio às entidades que participam do edital de conversão de multas do IBAMA, onde seria  
112 elaborado um termo de referencia pelo conselheiro Júlio Ayala e que essa seria uma condição *sui*  
113 *generis* do apoio do CBH Urucua. O conselheiro Ernane Farias, leu a resposta do presidente da  
114 FUNATURA, que participa do edital e recebeu o termo de referencia, onde o presidente nega a  
115 assinatura do termo por entender que há uma inversão de papéis. O convidado Manuel Delci  
116 disse que a Vale do Urucua disse que não tem como inserir o termo de referencia no projeto, que  
117 haveria geração de custos. O conselheiro Júlio Ayala afirmou que o Edital do IBAMA exige uma  
118 recuperação hídrica das áreas degradadas, ou seja, revitalização na bacia hidrográfica focada na  
119 produção de águas e disse que plantar puramente não irá produzir, explicou tecnicamente o que  
120 entende por recuperação hídrica. Começou-se uma discussão entre os conselheiros Ernane e  
121 Júlio. A conselheira Ivonete Antunes tentando encerrar a discussão apresentou o compromisso de  
122 parceria apresentado como anexo do Edital do IBAMA, ainda disse que o CBH Urucua quer um  
123 programa continuado, como o presente Edital que pode ser alongado por 20 anos, resumiu que o  
124 termo é um orientador das políticas do CBH Urucua. A conselheira Lara Ferreira disse que o  
125 termo pode ter sido aprovado, mas o conteúdo do mesmo não foi, ainda disse que no Paracatu ...  
126 O presidente pediu para que o auxiliar administrativo explicasse o que o IGAM entendeu. Foi dito  
127 que o termo de referencia traz um bom texto técnico, de outro lado a FADURPE enviou um termo  
128 de parceria ao CBH Urucua, diferente do previsto do IBAMA, informou ainda que o termo de  
129 parceria CBH/FADURPE é completo e por isso o CBH Urucua decidiu usar este termo como  
130 modelo para as demais entidades. Assim a FUNATURA e a ADSVRU não aceitaram o termo de  
131 parceria, pois entendem a que há inversão de papéis, e o termo de referencia não pode ser  
132 obrigatório, pois as entidades já tem seus projetos definidos e que no máximo pode ser recebido



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

133 como um protocolo de intenções. Ao fim falou que lhe foi informado que as parcerias não serão,  
134 inicialmente, analisadas no Edital, mas sim em momento posterior. Iniciou-se nova discussão  
135 entre os conselheiros Ernane e Júlio. A conselheira Lara Ferreira disse que também entende que  
136 o termo de parceria tem que ser o proposto pelo IBAMA e que o termo de referencia não pode ser  
137 mandatário para a parceria, quanto ao conteúdo do termo, afirmou que apesar de achar que teria  
138 de se passar pelo crivo dos conselheiros, se este foi feito de acordo como PDRH ele poderia  
139 estaria previamente aprovado. A conselheira Ivonete Antunes resumiu a questão dizendo que na  
140 reunião passada foi aprovado o apoio às entidades, e que isso não está sendo discutido, o ponto  
141 de pauta era o termo de referencia e, segundo Ernane Faria e Manuel Delci, suas respectivas  
142 entidades não fomentarem a parceira é o empecilho causado pelo termo de referencia. Assim,  
143 sugeriu que o termo de referencia fosse sempre enviado para os parceiros como uma sugestão do  
144 projeto, visando o desenvolvimento e a produção de águas na região segundo o PDRH, mas não  
145 de forma impositiva. Após algumas manifestações, a conselheira Lara Ferreira novamente disse  
146 que condicionar o termo de referencia como vinculante à parceria é criar uma regra não prevista  
147 no edital do IBAMA, e quanto comitê a função é política, mobilizadora, articuladora e não  
148 executiva, o certo seria uma recomendação ao projeto da entidade. Os conselheiros Júlio Ayala e  
149 Guilherme Ferreira entendem que se o termo for como uma simples recomendação, as entidades  
150 podem aprovar projetos que não se coadunam interesses do CBH para a região, entendendo que  
151 o termo de referencia deve ser mandatário. A conselheira Ivonete Antunes resumiu novamente a  
152 questão e pediu que deliberassem sobre a forma do apoio. O conselheiro Júlio Ayala reforçou seu  
153 posicionamento a fim de que o termo fosse mandatário, alegando que podem se cometer vários  
154 erros caso os projetos não estejam dentro do PDRH, como a construção de barraginhas que não  
155 acumulam águas. O convidado Manuel Delci afirmou que o CBH tem que ter uma participação  
156 ativa, mas citou o exemplo de sua entidade, ADSVRU, que tem o perfil de construção de  
157 barraginhas sendo que esse é o foco do projeto da entidade para o Edital do IBAMA, assim se o  
158 CBH quer alterar o seu projeto para outros focos, o comitê teria que ter participação executiva. O  
159 conselheiro Ciro Leonardo afirmou que o comitê não pode ter função executiva, dizendo que o  
160 papel dele é basicamente político e deliberativo, visando informar e fomentar políticas, e o papel  
161 deve ser somente esse, finalizando que o termo não pode ter cunho de exigência, mas sim  
162 propositivo. O conselheiro Júlio Ayala disse que ao se apresentar um projeto é necessário  
163 atendimento ao PDRH, pois seria inócuo a apresentação de um projeto que não tem nada a ver  
164 com o PDRH, e assim não tem porque ter o apoio do CBH. A conselheira Lara Ferreira disse que  
165 o comitê, como esfera política não deve limitar os atores que querem recuperar a bacia, e que  
166 quem define os critérios é o IBAMA, o comitê pode ficar como um articulador durante o prazo (20



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

167 anos) dando feedbacks dos resultados das propostas, mas nunca interferir no projeto, que isso é  
168 extrapolar a competência e corre o risco de perder parceria. A conselheira Ivonete Antunes  
169 afirmou que no seu ponto de vista revisitar as decisões antigas é ruim, mas que vota a questão  
170 que os termos sejam enviados da forma que foi aprovado em Bonfinópolis, ou seja, o termo de  
171 parceria simples e o termo de referencia de forma não vinculada a parceria, mas como um  
172 agregador. O conselheiro Álvaro de Moura disse que as pessoas não tinham conhecimento do  
173 conteúdo do termo, e questionou como se vota em algo que não se conhece o conteúdo. Foi lido o  
174 termo de referencia para todos os conselheiros. O conselheiro Álvaro de Moura questionou o  
175 conteúdo, pois disse que o termo de referencia é algo feito pela empresa que vai competir na  
176 licitação, e se o comitê não é agencia não deve fazê-lo diante de seu caráter político, ainda disse  
177 que o comitê não tem equipe técnica, como apresentado no termo, entende que o termo foi feito  
178 por uma só pessoa, que se intitula a equipe técnica, assim propôs alterações, ao fim disse que o  
179 CBH não tem condições de execução. Lara Ferreira disse no mesmo sentido do conselheiro  
180 anterior, e ainda lembrou que ele extrapola o papel do comitê, acha que o termo não pode ser  
181 vinculativo devendo ser mesmo tido como recomendação, segundo os entendimentos do corpo  
182 técnico do CBH. O conselheiro Guilherme Pereira no sentido contrario, disse que o CBH necessita  
183 impor uma condição para apoiar uma entidade, mesmo o IBAMA já tendo seus quesitos. Houve  
184 nova discussão, levantaram os pontos de não conhecerem o projeto da entidade que vai competir,  
185 da entidade não ter sido aprovada, da falta de equipe técnica, da não possibilidade de atividade  
186 executiva do CBH, ainda o foi dito que o termo de parceria não necessita do termo de referencia,  
187 pois neste momento o IBAMA irá avaliar somente se aquelas entidades que querem participar tem  
188 apoio de vários tipos de entidades, somente para atender requisitos e aumentar sua pontuação.  
189 Ao fim das discussões, e na votação houveram duas abstenções (Lara Ferreira e Álvaro de  
190 Moura). Sendo aprovado o envio do termo como sugestão.

191 **3) APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO E INVENTÁRIO DO CBH, E PRESTAÇÃO DE CONTAS.** A  
192 conselheira Ivonete Antunes informou os motivos de ter pedido esse ponto de pauta, diante da sua  
193 preocupação dos ativos e passivos da entidade além de outras responsabilidades que como  
194 conselheira e diretora poderá assumir. Apresentou o Auxiliar Administrativo do CBH Urucua,  
195 Uaitan Marcos para maiores esclarecimentos. Foi projetado na tela o acervo que o IGAM  
196 emprestou ao CBH Urucua através de um termo de uso, sendo alertado do roubo do aparelho de  
197 fax e do desconhecimento da câmera digital Sony, informou ainda que os demais itens que  
198 compõem a estrutura física do CBH Urucua pertencem a APA. O conselheiro Júlio Ayala  
199 apresentou o histórico do CBH Urucua, que essa caminhada começou em 1996 na cidade de



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

200 Buritis. explicando que houve uma comissão provisória para angariar assinaturas e ao fim em  
201 2005, houve uma divisão da bacia (alto, médio e baixo), havendo 3 reuniões, houve um relatório  
202 técnico que foi apresentado a SEMAD, sendo que o mesmo ficou como presidente de 2005 a  
203 2009, sendo após, substituído pelo José Américo, parabenizou a atual gestão pelo diálogo disse  
204 que sem um apoio técnico forte, o comitê não avançará nas suas posições e ficará estagnado. A  
205 conselheira Cátia Regina disse que em 2011 a APA/CBH vieram à sede atual, e houve grande  
206 necessidade de gastos com reformas e limpezas. Falou ainda dos problemas burocráticas que a  
207 APA teve de enfrentar para contratação de serviços, e que por isso houve negatização do nome da  
208 APA, que foram contestadas as prestações de contas junto ao IGAM, que contudo está com a  
209 prestação em atraso, argumentou ainda que não quer mais a contestação das contas mas sim  
210 deseja só pagar a DAE e que mesmo assim o IGAM não a envia, ao fim pediu para que a  
211 conselheira do IGAM, Lara Ferreira, pedisse para que o financeiro do IGAM mandasse a DAE para  
212 pagamento, foi levantada a questão de se enviar uma moção ao IGAM pedindo celeridade, ainda  
213 disse que durante o período que ficou sem recursos do Estado, várias entidades e pessoas (APA,  
214 Cátia, José Américo, AMA) auxiliaram as contas, mas que com o tempo foi ficando pesado, e que  
215 ao fim estava quase tudo sobre a responsabilidade do José Américo, ao fim propôs que os  
216 conselheiros/entidades rateassem os custos para viabilizar a existência e continuidade do CBH. O  
217 conselheiro José Américo disse que a APROMNOVO assumiu a luz, mas é necessário dividir com  
218 outras entidades. A conselheira Lara Ferreira disse que não é possível criar uma contribuição  
219 compulsória das entidades, mas não há problemas em que as entidades repassem livremente o  
220 valor que quiserem. O conselheiro Marcelo Perondi afirmou que é difícil contribuir com uma  
221 entidade que não faz nada em favor da comunidade, disse que o IGAM e o Estado só cobram,  
222 mas não liberam outorgas, não resolvem as questões de águas e peixes, mas aplicam multas  
223 quando se faz algo, disse que está sendo muito mal visto na sua cidade/entidade e que não  
224 consegue pedir dinheiro aos associados para custear o CBH, pois seus associados não estão  
225 contentes com a situação, tem produtor que espera uma liberação de outorga há 5 anos, faltando  
226 só uma assinatura do IGAM, disse que ao se dirigir ao órgão para cobrar a referida assinatura o  
227 servidor riu de sua requisição e o ignorou. A conselheira Lara Ferreira como representante do  
228 IGAM pediu desculpas pelo comportamento de seu colega, afirmou que as outorgas são mesmo  
229 um gargalo, mas afirmou que com a implementação das URGAs, acredita que os processos irão  
230 ganhar celeridade zerando os estoques em aproximadamente 5 anos. Continuou a discussão  
231 relativa à ruim dependência do Estado e as dívidas destes com os municípios. Foi projetada e  
232 explicado pela conselheira Ivonete Antunes os custos da APA para manutenção do CBH. Foi



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

233 aprovado uma moção de repúdio ao IGAM pela demora na análise e o envio da DAE para quitação  
234 dos da prestação de contas, apontando as consequências acarretadas a APA.

235 **4. CAPTAÇÃO DE RECURSOS CBH URUCUIA.** O ponto de pauta foi discutido de forma  
236 fragmentada em outros pontos. Deliberou-se também sobre a formação de caixa para o CBH,  
237 através de ofício para entidades buscando um valor de contribuição. Sendo aprovado por  
238 unanimidade.

239

240 **5. QUAIS SÃO OS EVENTOS E EXPLICAÇÕES SOBRE CUSTEIO DE VIAGENS**  
241 **(DOCUMENTAÇÕES, DATAS E OFÍCIOS).** O auxiliar administrativo Uaitan Marcos ainda

242 explicou sobre a questão dos deslocamentos dos conselheiros, tanto para Reuniões Ordinárias  
243 Itinerantes do CBH Urucua, quanto pra eventos de interesse, alertando aos prazos e  
244 documentação. Ainda explicou sobre as diferenças das associações e das demais classes  
245 representativas para fins de documentação. Explicitou ainda quais são os eventos que o CBH  
246 participa, explicou ainda que os valores normalmente vem como ressarcimento, mas podem vir  
247 como adiantamento. O conselheiro José Américo reforçou a questão dos comprovantes, pois é  
248 estritamente necessário comprovar os gastos das viagens com notas fiscais que constem o CPF  
249 do conselheiro, sob pena de glosa no repasse. A conselheira Lara Cunha explicou sobre o  
250 FHIDRO, explicou ainda que o IGAM está gerenciando o fundo devido a falta de entidade  
251 conveniente, mas que houve recentemente o edital, e que a GeSois ganhou a licitação e que o  
252 termo tem expectativa de estar pronto em novembro deste ano e no próximo haverá recursos. A  
253 conselheira Ivonete Antunes finalizou dizendo da necessidade de conhecermos o CBH e as  
254 vantagens do CBH Urucua, que resistiu ao fechamento, que tem sede própria.

255 **6. CONTROLE DE PRESENÇA.** O auxiliar administrativo, Uaitan Marcos, explicou aos  
256 conselheiros, mostrando o portal dos comitês, que divulga e mantém um acervo de todas as  
257 publicações do CBH. Ainda explicou que o Regimento Interno do CBH exige a presença do  
258 conselheiro que representa a instituição explicando ainda o art. 12. O Presidente então reforçou a  
259 ideia de comunicação entre o titular e o suplente para que não ajam faltas.

260 **7. INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA COMPOR O CCR ALTO CBHSF E DESCRIÇÃO**

261 **DAS ATIVIDADES.** O Presidente informou que foram indicados à CCR Alto foi feita, mantendo-se  
262 os conselheiros Júlio Ayala (titular) e Terezinha Lopes (suplente), pois já conhecem o conselho e  
263 representam o CBH Urucua de forma ideal. O Presidente abriu a palavra aos conselheiros da  
264 CCR Alto, então o conselheiro Júlio Ayala já havia descrito grande parte das funções da CCR,  
265 trouxe a discussão da transmissão de recursos, explicando que os recursos vem da cobrança de





## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

266 usos das águas federais, para os comitês federais, assim a DIREC se reúne para definir projetos  
267 de recuperação, no caso dos valores do Alto São Francisco, os valores vão para a PEIXE VIVO,  
268 que é a delegatária, que publica o edital chamando os projetos para competição, o conselheiro  
269 ainda disse que luta na CCR para manter os competidores do edital somente entre as empresas  
270 da região, e não que seja aberto e levado para outras regiões, citou ainda os outros engenheiros  
271 que estão presentes no CBH e que todos poderiam ser beneficiados. O conselheiro ainda abordou  
272 o projeto de Uruana e de Pasto dos Bois, sendo ao fim elogiado pela diretoria. A conselheira  
273 Terezinha Lopes falou sobre a fiscalização preventiva integrada, que questionou um promotor  
274 sobre para onde iriam os valores, e este não soube responder.

275 **8. RESUMO DO ENCOB.** O conselheiro Júlio Ayala lembrou que a FPI também foi pauta no  
276 ENCOB, disse que ele e Tonhão (presidente do CBH Paracatu) defenderam a ideia que os CBHs  
277 tem que estar presente no grupo de trabalho da FPI, sendo que questionou um dos articuladores  
278 da FPI e que este respondeu “que nós (o governo) ficamos preocupados com a segurança dos  
279 conselheiros, de sofrerem ameaças”, ao passo que o conselheiro Júlio Ayala respondeu, na  
280 ocasião, que o CBH tem apoio da população, que eles confiam no comitê, e que a gestão é  
281 participativa. Comparou que a FIEMG também tem uma fiscalização parecida como a FPI, mas a  
282 Federação das Indústrias costurou um acordo de carência de 6 meses, para primeiro auxiliar os  
283 empresários antes de serem fiscalizados. Falou ainda que apresentou um projeto sobre produção  
284 de águas no mesmo evento. O conselheiro José Américo afirmou que o CREA conseguiu retardar  
285 uma FPI de agosto para novembro, outra questão foi o uso de verbas do Urucua para fiscalizar  
286 outra bacia. Ainda comentou que após o ENCOB e a citada palestra do conselheiro Júlio Ayala,  
287 algumas entidades entraram em contato com o CBH requerendo o PDRH do Urucua. A  
288 conselheira Lara Ferreira afirmou que o Tonhão (presidente do CBH Urucua) não defendeu a  
289 inclusão dos CBHs na FPI, mas que sim o CBH Paracatu seja um educador, e a há sim uma  
290 proposta de ação preventiva de educação ambiental, que foi aceita pelo MP, pois a proposta não  
291 é punir e sim recuperar. O conselheiro Marcelo Perondi disse que as interpretações de texto das  
292 leis são complexas, pois os produtores entendem de forma diferente dos fiscais, que também não  
293 entendem da mesma forma dos técnicos de campo.

294 **9. RESUMO DA BARQUEATA (ARINOS-MORRINHOS).** O presidente disse que a barqueata tem  
295 algumas funções, primeira conhecer o Rio e o trajeto, segundo, fazem a coleta do lixo ao longo do  
296 percurso, pediu a maior participação do CBH no evento.



## COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

297 **10. Assuntos Gerais:** O Presidente informou que ocorreu uma Audiência Pública para formação  
298 de uma Comissão Técnica de Licenciamento Ambiental, sendo que o Sr. Luiz Fernando,  
299 representando a IRRIGANOR apresentou as reivindicações dos produtores do noroeste mineiro,  
300 resultado em atenção dos deputados para melhores diálogos com a região e as associações  
301 locais. Pediu desculpas pela extensão da reunião, justificada pela quantidade de informes que não  
302 poderiam deixar de ser trazidos à plenária. Antes de encerrar declarou que a próxima reunião  
303 ainda está aberta a ser itinerante, mas não havendo cidade interessada em receber o comitê, a  
304 plenária ocorrerá em Unai na sede do comitê.

305 **12. Encerramento:** Não havendo assuntos a ser discutido, o Presidente declarou encerrada  
306 a sessão com agradecimentos à presença de todos os conselheiros (as) da qual foi lavrada  
307 esta ata.

308

309

310

311

312

FRANCISCO PINTO DA SILVA  
Presidente CBH Urucua

**ALTEGNO BATISTA DORNELLAS**

Secretário Executivo